

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



Projetos Especiais Relatório de Atividades

2008 / 2010



Projetos Especiais

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, alinhado com a política traçada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Ministério da Justiça e sua Secretaria de Reforma do Judiciário, desenvolveu projetos voltados para solução de conflitos a partir do emprego de métodos autocompositivos, quais sejam:

- Balcões de Justiça e Cidadania;
- Núcleos de Conciliação de 1º Grau;
- Núcleo de Conciliação de 2º Grau;
- Núcleo de Atendimento Judiciário – NAJ;
- Conselhos Municipais de Conciliação;
- Juizados Informais de Conciliação
- Justiça Itinerante.

Por iniciativa da Presidência, essas ações foram concentradas em única assessoria – a Assessoria Especial da Presidência III – Projetos Especiais, criada pela Resolução nº 2, de 11 de fevereiro de 2008, posteriormente transformada em Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados e Projetos Especiais.

Esses Projetos Especiais foram responsáveis pela solução de mais de 30 mil conflitos processuais e pré-processuais no biênio de 2008/2009, resultado que contribuiu para a extinção de demandas e evitou o ajuizamento de novas lides, nas exatas quantidades indicadas no detalhamento de cada prática no presente relatório, merecendo registro que as duas práticas de maior impacto pacificador (Balcão de Justiça e Cidadania e Núcleo de Conciliação de 1º Grau) foram inseridas no Planejamento Estratégico do CNP, nos itens “Acesso ao Sistema de Justiça” e “Eficiência Operacional”, respectivamente.

Coube ainda à Assessoria de Projetos Especiais a execução da meta de capacitação de 420 mediadores estabelecida no PDJ que, embora fixada para ser atingida em 10 anos, teve o seu cumprimento ampliado e antecipado para o biênio de 2008/2009, conforme se verificará no detalhamento constante do presente relatório.



Superando Metas
Plano Diretor do Poder Judiciário (PDJ)

Novos Desafios para 2010-2014





Superando Metas do PDJ

No biênio 2008/2009, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia empreendeu esforço para a superação das metas estabelecidas no Plano Diretor do Poder Judiciário (PDJ), especialmente aquelas de maior alcance social.

Assim, todos os desafios que foram lançados em relação aos projetos Balcão de Justiça e Cidadania (BJC), Núcleo de Conciliação de 1º Grau, Núcleo de Atendimento Judiciário (NAJ), Justiça Itinerante e Capacitação de Mediadores, que serão objeto de capítulos específicos, tiveram resultados superiores aos fixados no PDJ, em relação à meta ou em ao tempo de execução, conforme tabelas a seguir.

▪ Balcões de Justiça e Cidadania

Durante os anos de 2008 e 2009 foram instaladas 25 unidades, superando-se, em mais que o dobro, a meta estabelecida no Componente 1, Acesso à Justiça, do PDJ, que previa a instalação de 10 unidades no mesmo período.

Meta: Implantar 10 em 2 anos (50 unidades em 10 anos)	Resultado Alcançado
Instaladas 25 novas unidades em 2008/2009	250%

O sistema BJC também antecipou a meta de triplicar o número de atendimentos em 10 anos, ultrapassada no mesmo biênio 2008/2009.

Meta: triplicar o número de atendimentos em 10 anos Componente

Atendimentos	2007 (linha de base)	Meta		Resultados em 2008 / 2009	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Orientação/Encaminhamentos	10.690			49.467	
Reclamações efetuadas	9.799			42.850	
Total de acordos celebrados	3.718			18.074	
Sessões realizadas	5.481			33.891	
Somas	29.688	89.064	300	144.282	486

▪ Revisão do Modelo

Estabeleceu também o PDJ a meta de revisão do modelo BJC, meta essa que não foi quantificada, sendo entendida como uma diretriz para a correção e o aperfeiçoamento do modelo existente em 2007.

Nesse sentido, a revisão do modelo envolveu um conjunto de providências, desde o



fechamento ou transferência de unidades que se revelaram improdutivas ou de difícil acesso à população, conforme tabela a seguir:

Unidades	Ação
Rio Sena	atividades transferidas para o BJC de Plataforma
Cajazeiras XI	unidade transferida para o SAC de Cajazeiras X
Sussuarana	transferida para imóvel de melhor acessibilidade, no mesmo bairro
Pau da Lima	transferida para imóvel com melhores instalações e acesso, no mesmo bairro

▪ **Núcleo de Conciliação de 1º Grau**

Em virtude do sucesso dos núcleos anteriormente instalados, o Tribunal de Justiça decidiu por antecipar a execução da meta para o triênio 2008/2010, alcançada ainda no primeiro semestre de 2009.

Meta: Implantar 2 novas unidades em 3 anos	Resultado Alcançado
Instalado Núcleo em Feira de Santana em agosto de 2008	50%
Instalado Núcleo em Ilhéus em maio de 2009	50%
Soma	100%

▪ **Núcleo de Atendimento Judiciário (NAJ)**

A meta fixada no PDJ foi ultrapassada antes do tempo previsto, uma vez que realizou, em 2008/2009, mais de 550 atendimentos, embora o objetivo a ser alcançado ao final do ano de 2010 fosse de 440.002 atendimentos.

Meta: Dobrar o número de atendimentos em 3 anos

Tipo de Atendimento	2 0 0 7 (linha de base)	Meta para 2009	Resultado em 2008/2009	% (em relação a 2007)
Tabelionato	103.670		294.754	
Cert e Habilit de Casamento	20.609		55.961	
Abertura de Firma	43.262		88.316	
Protesto de Títulos	29.957		61.345	
TRE	18.156		33.030	
Balcão de Just Cidadania	3.868		4.322	
Teclamar	479		1.169	
Total	220.001	440.002	538.897	244,9



▪ **Justiça Itinerante**

Meta: Realizar 10 eventos por ano

	Resultado
Participação em 61 eventos do Balcão Itinerante em 2008 e 2009	300%

▪ **Capacitação**

Meta: Capacitar 420 mediadores, pelo menos, em 10 anos

Resultado 2008 / 2009	%
Total de servidores, estudantes, voluntários capacitados	1.283
Total de Magistrados que receberam treinamento em técnicas de mediação, seguindo conteúdo programático elaborado pelo Ministério da Justiça para a ENFAM	189
Total de Capacitados	1.450 350

Além dos eventos indicados na tabela, relacionados à atividade de mediação de conflitos, foi realizada a “Capacitação em Poder Judiciário”, destinada a desembargadores e Juízes de Direito, em parceria com a EMAB. Esse curso foi organizado em quatro turmas, distribuídas entre os meses de maio e outubro de 2009, com 186 participantes, tendo sido credenciado pela ENFAM, nos termos da Portaria nº 181, de 17 de março de 2009.

Novos Desafios

No final de 2009, todas as metas dos Projetos Especiais, inicialmente fixadas para o decênio de 2009 a 2017, foram alinhadas ao Planejamento Estratégico elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para o período de 2010 a 2014.

Outras metas foram estabelecidas para os novos projetos não contemplados no PDJ, como Conselhos Municipais de Conciliação, o que assegura a continuidade, de forma planejada, das práticas em execução no biênio 2008/2009.





Balcões de Justiça e Cidadania (BJC)

1 Conceituação

O Balcão de Justiça e Cidadania é um projeto de conciliação/mediação comunitária, na fase pré-processual, que objetiva a democratização do acesso à Justiça, a partir da instalação de unidades de atendimento nos bairros periféricos da Capital e do interior do Estado, onde os cidadãos podem obter orientação jurídica e resolver conflitos na área de Família, cíveis de menor complexidade, a exemplo das lides de vizinhança, reparação de danos, cobrança de dívidas, além daqueles afetos às relações de consumo.

O Balcão de Justiça e Cidadania foi instituído por Resolução do Tribunal Pleno, numa tentativa de encontrar mecanismos capazes de proporcionar melhor distribuição da Justiça e aplicação do Direito, atualmente tão comprometidos, em parte, pela lentidão do processo de atualização do sistema jurídico processual, em parte pela ineficiência ou insuficiência do próprio Estado.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, que embasaram, inclusive, o discurso do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, na abertura do Ano Judiciário de 2009, observa-se que *no ano de 2007 tramitaram no Poder Judiciário brasileiro cerca de 68.000.000 de ações, o que representava mais de uma demanda para cada 2,5 habitantes.*

A partir dessa constatação, o Exmo. Senhor Ministro Gilmar Mendes defendeu que, se não houver uma revisão da praxis judicializante, em breve não haverá estrutura possível para a prestação jurisdicional que se exige no País (*sic*).

Foi com essas preocupações que o Tribunal de Justiça criou, no ano de 2003, pela Resolução do Tribunal Pleno nº 1/2003, o projeto Balcão de Justiça e Cidadania, que veio a ser inserido pela atual Mesa Diretora deste Tribunal entre os projetos prioritários da gestão.

Nos BJC as sessões de mediação são conduzidas por estagiários, previamente capacitados, sob supervisão de advogados.

Alcançada a composição, o termo de acordo é subscrito pelas partes, pelo mediador e pelo advogado. Tratando de matéria da área de Família, os acordos são encaminhados à Secretaria Jurídica, para homologação pelo Juiz de Direito, após manifestação do Ministério Público (quando necessária), emitindo-se, de plano, os respectivos ofícios ou mandados de averbação. Tudo isso de forma simples, célere, sem burocracia e, sobretudo, satisfatória aos interessados, que acabaram construindo a solução do conflito.

A padronização dos procedimentos garante a celeridade e qualidade do projeto, uma



vez que se trabalha, basicamente, como uma produção seriada de atos processuais, de sorte que entre a sessão de mediação na qual se compôs o conflito e a homologação do acordo não se transcorrem mais que 30 dias.

Os serviços são gratuitos e os cidadãos não necessitam estar acompanhados de advogados, uma vez que os Balcões de Justiça e Cidadania dispõem de advogados.

A satisfação do usuário com a construção da solução da sua controvérsia é elevada, circunstância que tem por reflexo o alto grau de cumprimento dos acordos celebrados, uma vez que Secretaria Jurídica de Salvador contabilizou que o número de execuções forçadas não chega a 5% do total de acordos homologados, o que também atesta a sua eficácia.

A simplicidade das instalações, a presença da unidade no seio da comunidade, a ausência do ambiente pomposo dos fóruns e o desapego a formalismos jurídicos, contribuem para o êxito da prática.

2 Implantação de Novas Unidades

No biênio 2008/2009 foram instaladas 25 unidades, superando-se, em mais que o dobro, a meta estabelecida no Componente 1, Acesso à Justiça, Plano Diretor do Judiciário, que previa a instalação de 10 novas unidades no mesmo período.

nº	Unidades Instaladas em 2008	Data
1	Valença	16/01/2008
2	Correntina	15/01/2008
3	Candeias	26/05/2008
4	Lauro de Freitas (Itinga)	05/06/2008
5	Salvador (Cajazeiras X)	22/08/2008
6	São Gonçalo dos Campos	25/10/2008
7	Salvador (Av. Garibaldi)	29/10/2008
8	Camaçari (Dois de Julho)	12/11/2008
9	Salvador (São Caetano)	16/12/2008

nº	Unidades Instaladas em 2009	Data
1	Salvador (Imbuí)	16/03/2009
2	Ilhéus	30/03/2009
3	Feira (FAN)	08/04/2009
4	Feira de Santana (FAT)	15/12/2009
5	Vitória da Conquista	03/06/2009
6	Cícero Dantas	13/07/2009
7	Pau da Lima (M. Caminho)	20/07/2009
8	Pau da Lima (Fim de Linha)	03/06/2009
9	Camaçari (Parafuso)	28/07/2009
10	Luís Eduardo Magalhães (FAAF)	03/08/2009
11	Luís Eduardo Magalhães (Santa Cruz)	03/08/2009
12	Barreiras (Fasb)	03/08/2009
13	Vera Cruz	01/09/2009
14	Eunápolis	11/09/2009
15	Ribeira do Pombal	22/10/2009
16	Itabuna	24/11/2009



Cícero Dantas



São Gonçalo dos Campos

3 Unidades em Funcionamento

Ao final de 2009, 4 unidades encontravam-se prontas para entrar em funcionamento, inclusive com pessoal capacitado, mas tiveram a sua instalação postergada em virtude da proximidade do recesso forense e das férias escolares.

Assim, ao encerrar-se o ano de 2009, estavam em funcionamento 56 Balcões de Justiça e Cidadania, dos quais 25 em Salvador, nos bairros de Águas Claras, Bairro da Paz, Boca do Rio, Cajazeiras, Castelo Branco, Engomadeira, Federação, Garibaldi, Imbuí, Itapagipe, Itapuã, Liberdade, Lobato, Mussurunga, Nordeste de Amaralina, Pau da Lima (duas), Pelourinho, Pernambués, Piatã, Plataforma, Periperi, São Caetano, Sussuarana, Tancredo Neves e Valéria.

No interior do Estado, são 31 trinta unidades em funcionamento, nas cidades de Barreiras (cinco), Camaçari (dois), Cícero Dantas (um), Correntina (um), Conceição do Coité (um), Ilhéus (um), Teixeira de Freitas (um), Feira de Santana (quatro), Itambé (um), Vitória da Conquista (três), Valença (um), Lauro de Freitas (dois), Candeias (um), Ribeira do Pombal (um), São Gonçalo dos Campos (um), Luis Eduardo Magalhães (dois), Eunápolis e Vera Cruz, coordenados por Juízes de Direito das respectivas Comarcas.

O Projeto conta, ainda, com unidade móvel (ônibus, climatizado, no qual foram instaladas duas salas para atendimento e uma para mediação) que permite levar o serviço aos locais que não disponham de BJC, dotada de estrutura de pessoal e equipamentos idênticos aos de uma unidade fixa.



4 Padronização do Material de Trabalho

O Manual de Procedimentos, principal ferramenta de trabalho, foi revisado e ampliado com a introdução de novas rotinas, inclusive dos formulários utilizados pela Secretaria Jurídica, ganhando edição impressa, de fácil manuseio. O Guia Institucional, destinado à orientação do jurisdicionado, também passou por atualização e também recebeu nova versão impressa.





5 Modernização dos Equipamentos

Foram substituídos por novos, 30 microcomputadores nas diversas unidades da Capital, o que permitiu uma melhor estabilidade e agilidade da prestação dos serviços, por evitar paralisações para manutenção.

Foram também instaladas impressoras multifuncionais nas unidades de maior número fluxo de pessoas, com a finalidade de tornar mais célere a composição dos processos por meio de extração de cópias de documento na própria unidade.

6 Acesso à Informação Processual

Com o intuito de facilitar o acesso às informações processuais e de aproximar, ainda mais, o Poder Judiciário da população, no ano de 2009, a Presidência determinou a instalação do Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais (SAIPRO) nos Balcões de Justiça e Cidadania, sendo inicialmente contempladas as unidades da Garibaldi, Imbuí, Piatã, Cajazeiras, Castelo Branco, Lobato e Valéria.

Essa providência, além de facilitar os trabalhos executados no próprio balcão, contribui com a população em geral e advogados, que não mais necessitam deslocar-se aos cartórios com o propósito de obter informações sobre andamento de ações. Como consequência desse novo serviço, as unidades passaram a contar com acesso a internet de qualidade, melhorando o seu desempenho no trabalho de orientação jurídica prestada à população.

7 Desenvolvimento de Sistema Próprio

Outro avanço digno de nota foi o desenvolvimento de sistema específico para o controle do atendimento das unidades, que entrou na fase de homologação no mês de dezembro. Esse sistema reunirá todas as informações sobre os serviços prestados, além de modelos de acordo, ofícios e formulários, sistema esse que funcionará em rede e dará maior confiabilidade aos relatórios estatísticos de cada unidade e permitirá a futura virtualização dos procedimentos.

8 Atuação dos Agentes Comunitários

A participação dos agentes comunitários foi incrementada por meio de reuniões e cursos de capacitação específicos, agentes esses que contribuem na divulgação do Projeto, na distribuição de panfletos e cartilhas e fortalecem os laços entre as equipes de cada unidade e as respectivas comunidades.

Em 2008, a participação dos agentes comunitários foi enriquecida a partir da experiência do projeto **Justiça Comunitária**, do Distrito Federal. A Cartilha do Saber, produzida pelo TJDF, foi transformada em peça teatral, encenada por líderes comunitários e estudantes, em diversos eventos, permitindo passar lições de cidadania e ensinamentos jurídicos de forma lúdica e facilmente compreensível.



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Presidência
Projetos Especiais

Um grupo de *hip hop* do bairro de Cajazeiras e Boca da Mata, adaptou para o *rap* uma letra de melodia composta pela Professora Josefina Ruas tendo como o tema a Lei Maria da Penha. Referido grupo de jovens tem-se apresentado em inaugurações de novas unidades, em eventos realizados em espaços públicos e em instituições de ensino superior, o que contribui para a valorização dos integrantes do grupo, todos residentes em região de baixo poder aquisitivo e confirma o alcance da função social do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

9 Visitas de Inspeção

Foram realizadas visitas para acompanhamento e inspeção das atividades de todos os balcões da Capital, com emissão de relatório. Foram visitadas as comarcas de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itambé, Itabuna, Ilhéus, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Valença, Conceição do Coité, Candeias, São Gonçalo dos Campos e Lauro de Freitas.

10 Divulgação e Educação para a Cidadania

As ações voltadas para o fortalecimento da cidadania foram intensificadas a partir da ampliação da distribuição da Cartilha do Balcão de Justiça e Cidadania (cujo texto foi revisado para torná-lo de melhor compreensão para o público); dos panfletos “Onde Tem Balcão tem Solução”, permanentemente atualizado, e da Cartilha da Mulher, que aborda o tema da violência doméstica.

Foram incorporadas ao material educativo novas cartilhas de autoria da professora Josefina Ruas, com temas extraídos do art. 5º da Constituição Federal, transformados em histórias de quadrinho de fácil assimilação, tais como, a exemplo da Cartilha do Cidadão nº 1 (com o tema Cidadania), a Cartilha do Cidadão nº 2 (com o Direito de Ir e Vir), Cartilha do Cidadão nº 3 (com o tema Direitos Humanos) e Cartilha do Cidadão nº 4 (com o tema Sigilo da Correspondência).



Com o intuito de difundir a prática e de compartilhá-la com outros Tribunais eventualmente interessados em implementá-la em seus Estados, a Presidência determinou a confecção do kit do Balcão de Justiça e Cidadania, tendo como conteúdo o material gráfico utilizado nas unidades, bem como o vídeo institucional sobre as atividades dos Balcões de Justiça e Cidadania, contendo ainda depoimentos de servidores, estudantes, agentes da comunidade e pessoas do povo.



11 Ampliação das Parcerias

Novas parcerias estabelecidas garantem a continuidade da expansão do projeto por meio da instalação, em curto prazo, de mais 14 novas unidades, nas cidades de Paripiranga, Porto Seguro, Itapebi, Seabra, Guanambi, Serra Dourada, Riachão do Jacupe, Simões Filho, Dias d'Ávila e Salvador (nos bairros de Ondina, Itaigara, Periperi, Fazenda Coutos e São Cristóvão).

A rede de parceiros foi significativamente ampliada nos últimos dois anos, passando a envolver uma maior diversidade de entidades que dão ao projeto uma significativa capilaridade social, de sorte que o Tribunal de Justiça conta, atualmente, com as seguintes entidades conveniadas:

- Associação de Proteção ao Menor e ao Adolescente – ASPRIA
- Associação dos Moradores de Plataforma
- Associação Protetora Desvalidos
- Associação Recreativa de Sussuarana
- Centro Comunitário Clériston Andrade
- Cia. de Des. Urbano do Estado da Bahia (CONDER)
- Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana (FAT)
- Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira (FAAHF)
- Faculdade D. Pedro II
- Faculdade de Ilhéus
- Faculdade de São Francisco de Barreiras – FASB
- Faculdade de Tecnologia Empresarial - FTE
- Faculdade do Sul da Bahia (FASB)
- Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR)
- Faculdade Metropolitana de Camaçari – FAMEC
- Faculdade Nobre – FAN
- Faculdade Ruy Barbosa



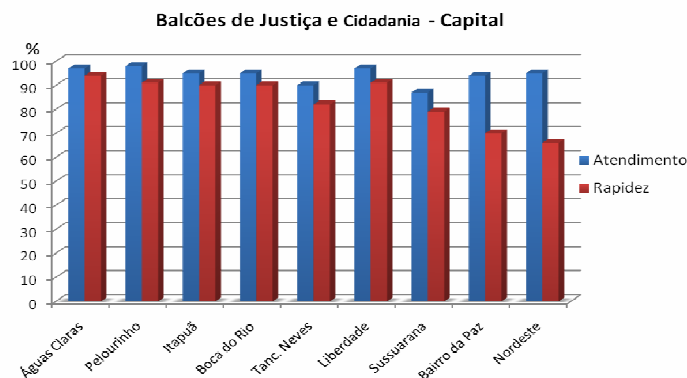
- Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana - FAMFS
- Fundação Lar Harmonia
- Igreja Metodista da Boca do Rio
- Instituto de Educação Superior Unyhana de Salvador
- Lar Fabiano de Cristo
- Município de Barreiras
- Município de Camaçari
- Município de Candeias
- Município de Cícero Dantas
- Município de Conceição do Coité
- Município de Correntina
- Município de Eunápolis
- Município de Fátima
- Município de Heliópolis
- Município de Itambé
- Município de Lauro de Freitas
- Município de Luís Eduardo Magalhães
- Município de Ribeira do Pombal
- Município de Vera Cruz
- Obras Sociais São Gonçalo do Retiro
- Polícia Militar do Estado Bahia
- Santa Casa de Misericórdia
- Secretaria de Administração do Estado
- Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Salvador
- Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia
- Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC
- Serviço Social da Indústria (SESI)
- Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

12 Pesquisa de Satisfação do Usuário

A primeira pesquisa de satisfação nas diversas unidades da Capital foi realizada em 2008 e consistiu em colher a opinião dos usuários mediante a atribuição dos conceitos *bom*, *regular* e *ruim* para as diversas atividades exercidas.

A opinião das 376 pessoas que responderam o formulário revelou que os Balcões de Justiça e Cidadania da Capital contam com ampla aprovação dos usuários, tanto que a maioria das unidades pesquisadas recebeu o conceito bom quanto ao item “*atendimento*” de mais de 90% das pessoas que opinaram. O mesmo conceito bom foi atribuído por mais de 80% das pessoas em relação ao item “*rapidez*”.

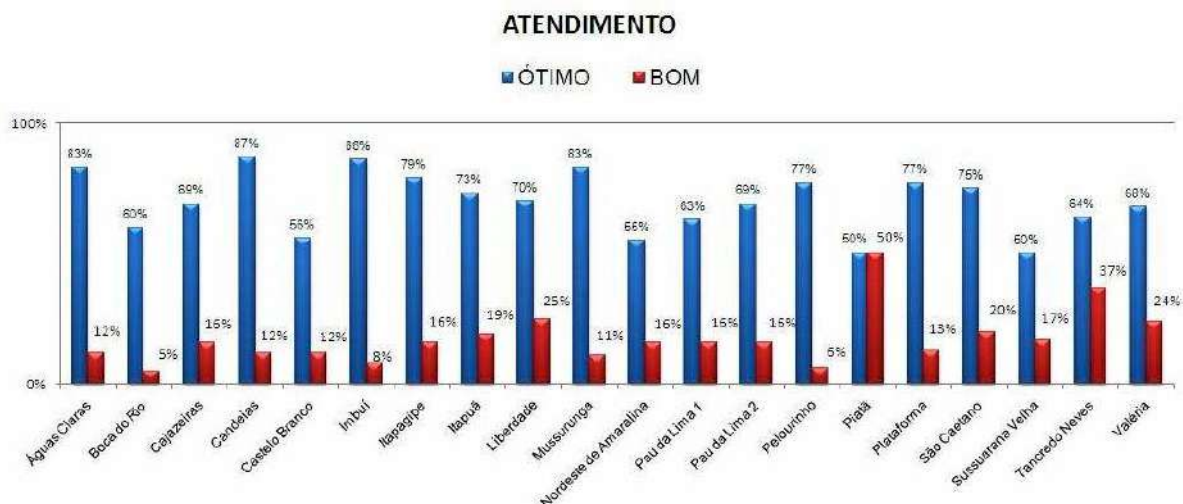
Os números absolutos atribuídos para cada unidade pesquisada foram convertidos em percentuais, para possibilitar a comparação entre elas, conforme gráficos a seguir:

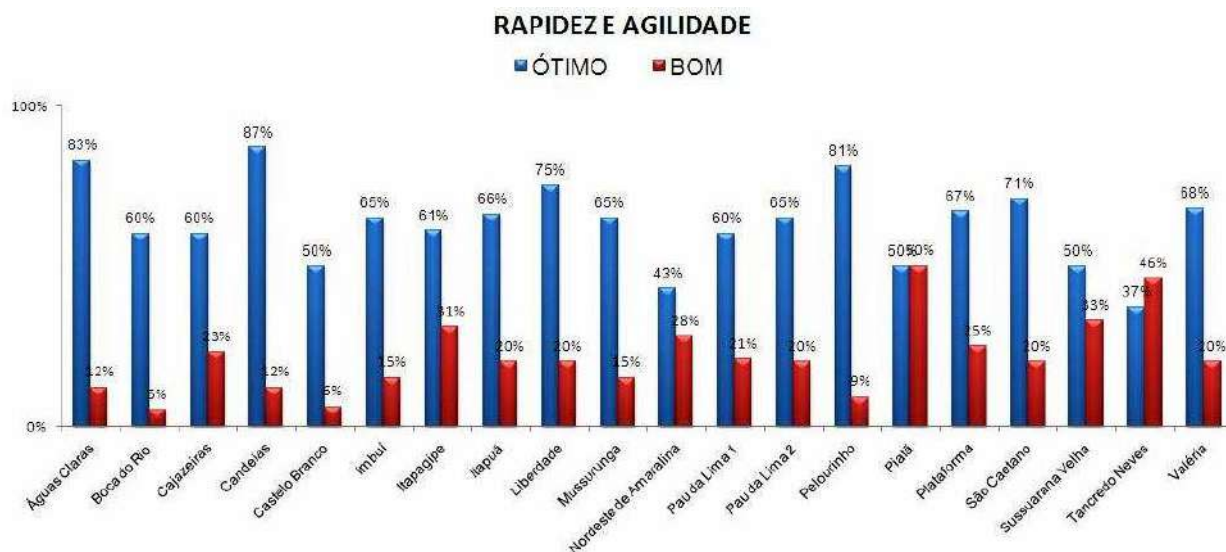


Para a continuidade da pesquisa no ano de 2009, o questionário foi reformulado, passando a contemplar quatro conceitos (*ótimo, bom, regular e ruim*), para que as informações obtidas reflitam, com maior fidelidade a opinião do jurisdicionado.



Os resultados indicados nos gráficos a seguir, colhidos em 2009, ratificam a avaliação do jurisdicionado realizada no ano anterior:





13 Resultados Alcançados da Secretaria Jurídica nos anos de 2008 e 2009

Ano de 2008	Atendimen- tos	Acordos Recebidos	Acordos Cadastrados	Sentenças Proferidas	Processos Arquivados
Janeiro	0	91	255	311	0
Fevereiro	145	177	251	145	0
Março	368	323	266	277	0
Abril	448	216	321	270	0
Maio	345	265	219	55	0
Junho	258	199	114	137	0
Julho	328	255	372	318	1.867
Agosto	237	258	315	348	1.545
Setembro	206	259	221	440	643
Outubro	197	219	260	127	888
Novembro	208	290	287	335	1.774
Dezembro	100	150	175	119	2.406
TOTAL	2.840	2.702	3.056	2.882	9.123

No ano de 2008, a Secretaria Jurídica empreendeu um grande esforço que resultou no exame de 5.770 processos oriundos da Justiça Itinerante, cadastramento de todos eles no SAIPRO e posterior arquivamento no SECAPI.



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Presidência
Projetos Especiais

Ano de 2009	Atendimentos	Acordos Recebidos	Acordos Cadastrados	Sentenças Proferidas	Processos Arquivados
Janeiro	179	205	214	309	370
Fevereiro	127	258	238	267	230
Março	153	490	292	321	341
Abril	178	285	362	242	538
Maio	66	329	235	253	357
Junho	76	245	255	304	428
Julho	145	427	366	499	425
Agosto	97	438	362	291	393
Setembro	156	455	395	420	379
Outubro	145	448	418	291	446
Novembro	113	342	358	410	635
Dezembro	47	173	173	388	413
TOTAL	1.482	4.095	3.668	3.995	4.955

TOTAL DO BIÊNIO 2008/2009				
Atendimentos	Acordos Recebidos	Acordos Cadastrados	Sentenças Proferidas	Processos Arquivados
4.361	6.859	6.760	6.705	13.937

14 Capacitação de Pessoal

Foram realizados diversos eventos de capacitação de pessoal durante o biênio 2008/2009, destinados, advogados, estagiários e líderes comunitários. As capacitações sobre o Manual de Procedimentos e Técnicas de Mediação seguiram programação estabelecida, que tinha por objetivo a atualização do pessoal em atividade, visando ao seu aperfeiçoamento, a exemplo da I Semana de Mediação e Direito Civil e da capacitação realizada na Faculdade Ruy Barbosa (capacitação continuada).

Foram também realizadas capacitações específicas, para preparação de pessoal antes da instalação de cada unidade, oportunidade em que o treinamento se estendeu aos serventuários do cartório. Esse tipo de capacitação normalmente exigiu o deslocamento de equipe para esse fim, como ocorreu em relação às unidades instaladas nas comarcas de Feira de Santana, Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Cícero Dantas, Ribeira do Pombal, dentre outras.

Em algumas das comarcas antes mencionada, a Juíza de Direito Coordenadora do Projeto proferiu palestras destinada à sociedade, em locais públicos, como Câmara de Vereadores e Faculdades, com o objetivo de difundir o projeto perante a população.



Foi ainda desenvolvido projeto específico para capacitação de líderes comunitário, com o oferecimento de duas palestras no ano de 2009, uma delas realizadas por videoconferência, no Instituto Anísio Teixeira (IAT).

O calendário dos eventos de capacitação consta ao final do relatório, em capítulo específico, em que todos os projetos são alcançados.

15 Reconhecimento do Projeto

Em 2009, os Balcões de Justiça e Cidadania foram incluídos no **Planejamento Estratégico do CNJ**, no item “**Acesso ao Sistema de Justiça**”, passando a servir como referência para outros Tribunais do País.

Tema:	Acesso ao Sistema de Justiça.
Objetivo Estratégico:	Facilitar o acesso à Justiça.
Descrição do Objetivo:	Promover o acesso ao Poder Judiciário, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir equidade no atendimento à sociedade.
Linhas de Atuação:	• Reduzir a distância física aos órgãos jurisdicionais (capilaridade); • Promover meios que garantam acessibilidade real (democratização do acesso).
Ações Sugeridas:	• Instituir protocolo integrado entre órgãos da Justiça; • Incentivar a descentralização dos serviços judiciais, inclusive por meio de postos avançados de atendimento e atendimento, com utilização de voluntariado; • Incrementar a Justiça Itinerante; • Firmar parcerias para utilização de unidades judiciárias por outros segmentos da Justiça de menor capilaridade (compartilhamento de unidades judiciárias).
Projetos Catalogados:	• TJ/AL: Justiça Itinerante; • TJ/BA: Balcões de Justiça e Cidadania; • TJ/SC: Protocolo Judicial Expresso; • TJ/SE: Portal do advogado; • TRE/AC: Disque denúncia; • TRE/CE: Unidade móvel de atendimento ao eleitor; • TRT/BA: Atendimento centralizado/SAC (conjunto com outros órgãos e poderes); • TRT/MA: Varas itinerantes; • TRF/1: A Justiça Bate às Portas.



**Núcleo de
Conciliação**



Núcleos de Conciliação de 1º Grau

1 Conceituação

O Núcleo de Conciliação de 1º Grau foi instituído pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, pela Resolução nº 07/2002, com o propósito de agilizar a resolução dos processos ajuizados perante os Juízos das Varas de Família de Salvador, que recebiam aproximadamente 50% dos feitos distribuídos na Capital do Estado.

Assim como os Balcões de Justiça e Cidadania, os Núcleos de Conciliação de 1º grau têm por objetivo a pacificação de conflitos por emprego de técnicas de mediação/conciliação, só que depois do ajuizamento da ação.

No ano de 2008, a Resolução foi alterada, no sentido de ampliar o âmbito de atuação dos Núcleos, permitindo que seja estendido a outros ramos do Direito, i.e., cível e até mesmo Fazenda Pública, bem como para possibilitar sua extensão às comarcas do interior do Estado.

O objetivo da prática é permitir que, antes que se perfaça a relação processual triangular, tente-se solucionar o conflito com o emprego de técnicas de conciliação/mediação, abrindo-se uma oportunidade para as partes litigantes encontrarem a alternativa mais adequada para resolver o conflito de interesses.

O Núcleo de Conciliação descongestiona as Varas de Família, a partir da redução do número de processos litigiosos; conduz à economia processual; promove a desburocratização do Poder Judiciário, devido à redução do tempo de duração de um processo; favorece a visão interdisciplinar do litígio, uma vez que são considerados aspectos jurídicos, emocionais, psicológicos e sociais do conflito familiar; reflete na redução do número de interposição de recursos e numa maior aproximação entre as partes, para conseguir o êxito conciliatório; proporcionara satisfação quanto à solução encontrada e conseqüente redução da atmosfera de hostilidade que permeia as lides familiares.

O Tribunal apoia e incentiva essa prática a partir de outras medidas, como a revisão da norma regulamentadora das atividades dos Núcleos de Conciliação, a instalação do Sistema de Informação e Acompanhamento Processual (SAIPRO) no Núcleo de Salvador e a realização de capacitação de servidores sobre a utilização do referido sistema, bem como sobre técnicas de mediação de conflitos.

2 Funcionamento

A prática consiste em remeter para o Núcleo de Conciliação os processos distribuídos para as 14 Varas de Família e Sucessões da Comarca de Salvador, que recebem cerca



de 3.000 (três mil) processos mensais, semelhante ao que ocorre nas comarcas do interior, reservando aos Juízes titulares das Varas de Família as matérias mais complexas não conciliadas.

Atuam nas salas de audiência dos Núcleos bacharéis em Direito, treinados em técnicas de mediação, autorizados por força da resolução a conduzir as audiências de conciliação/mediação.

O Núcleo é coordenado por um Juiz de Direito, que, também acompanha e monitora a atuação dos bacharéis.

Uma vez alcançado acordo, é homologado pelo referido magistrado, então o processo retorna ao Juízo de origem tão somente para fins de arquivamento e baixa no sistema.

Em não se logrando êxito a tentativa de composição, o acionado é citado na audiência, devendo apresentar defesa perante o Juízo de origem, para onde os autos retornarão.

Nos Núcleos, o intervalo para a designação das audiências foi reduzido para 30 dias, a fim de garantir tempo hábil para cumprimento das intimações pelos Correios e as intimações são realizadas de forma bastante simples e desburocratizada, admitindo-se o convite por telefone, e-mail e correios, a fim de assegurar a celeridade e eficácia do procedimento.

O percentual de êxito se aproxima de 80% das audiências realizadas, o que atesta o sucesso da prática.

Os procedimentos são padronizados e todos os atos processuais são praticados através do sistema SAIPRO, permitindo que a realidade se repita nos Núcleos de Conciliação de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Ilhéus, instalados de acordo com a demanda de cada Comarca.

3 Sala de Espera

O Núcleo da Capital conta com o projeto Sala de Espera, desenvolvido em paralelo, para criar, desde a chegada e recepção das partes, uma atmosfera destinada a combater o clima de hostilidade presente nas lides familiares, a partir de palestras, vídeos, músicas, textos, voltados para a importância da pacificação dos conflitos.

Para tanto, foi instalado nos Núcleos um ambiente climatizado, com data-show, sistema de som e atividades previamente elaboradas para harmonizar as pessoas e prepará-las para a sessão de mediação/conciliação.

Sala de
Espera do
Núcleo de
Salvador



Nesse projeto, a importância de uma solução amigável entre as partes vem destacada na forma como os interesses contrapostos são harmonizados, ressaltando-os a cada uma delas e, assegurando, acima de tudo, a dignidade da pessoa humana dentro da sua família e da sociedade.

Por essa razão, é concedida aos interessados a oportunidade de falar de seus conflitos em um ambiente neutro, com defensores para cada uma das partes, caso não tenham advogado constituído, o que evidencia a credibilidade do Poder Judiciário e do Núcleo de Conciliação de 1º Grau, com a garantia de que as partes terão seus direitos assegurados.

O Núcleo de Conciliação tem sido uma forma de resposta rápida aos anseios da população, contribuindo como educador e conscientizando as partes acerca da importância da autocomposição de lides.

4 Implantação de Novas Unidades

O Plano Diretor do Poder Judiciário estabeleceu a meta de implantação de 2 novos núcleos em três anos. No entanto, em virtude do sucesso da prática nos núcleos existentes, a Presidência do Tribunal de Justiça decidiu executar a referida meta no biênio 2008/2009, com a instalação dos núcleos de Feira de Santana e Ilhéus, antecipando o seu cumprimento.

Os núcleos em atividade no Estado permitiram a solução amigável 12.140 demandas judiciais, contribuindo, sobremaneira com as varas de família, como se verifica na tabela a seguir:

	Audiências Realizadas	Conciliações obtidas	%
Salvador	11.403	8.594	75,3
Vitória da Conquista	2.007	1.285	64,0
Feira de Santana	2.033	1.757	86,4
Ilhéus ¹	456	326	71,5
Soma	15.899	11.962	75,2

¹⁾ Início das atividades a partir de maio de 2009

5 Melhoria das Instalações Existentes

Além da instalação dos novos núcleos, a Presidência do Tribunal de Justiça determinou a realização de ampla reforma no Núcleo de Conciliação de Vitória da Conquista, com substituição de divisórias, placas internas, persianas, placas de sinalização, e de todo o mobiliário, como longarinas, cadeiras, mesas, balcão de atendimento ao público, armário, aparelhos de ar condicionado, TV de 29", bebedouro, frigobar, além de dois notebooks e oito microcomputadores.

O Núcleo de Salvador também sofreu intervenção, sendo modificado o layout da Secretaria, para permitir o seu melhor funcionamento, bem como o atendimento ao público.



6 Capacitação de Pessoal

Logo no exercício de 2008, foi constatada a necessidade de aperfeiçoamento dos servidores dos Núcleos até então instalados, bem como a preparação daqueles que viriam a integrar os novos Núcleos.

Com esse objetivo, logo em abril de 2008, foi realizada capacitação de servidores do Núcleo de Conciliação de 1º Grau de Vitória da Conquista, tendo como temas: Contextualização sobre o Poder Judiciário; Fluxo processual do Núcleo de Conciliação; Excelência no atendimento ao público; Técnicas de mediação; programa BR Office e Sistema de Informações Processuais (SAIPRO).

Foi também proporcionada a capacitação, em agosto de 2008, dos servidores no Núcleo de Conciliação de 1º Grau de Salvador sobre o Sistema de Informações Processuais (SAIPRO), cuja utilização somente passou a ser rotineira a partir de então.

Os servidores dos Núcleos de Conciliação de Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista, também participaram da Semana de Atualização em Mediação e Direito Civil, realizada em setembro de 2008.

Em julho de 2008, os servidores do Núcleo de Conciliação de 1º Grau de Feira de Santana, receberam capacitação sobre Aspectos Gerais sobre Poder Judiciário; Fluxo



processual do Núcleo de Conciliação; Técnicas de mediação; Excelência no atendimento ao público; programa BR Office e SAIPRO.

Por fim, visando à instalação do Núcleo de Conciliação de 1º Grau de Ilhéus, em março de 2009 foi realizada capacitação dos servidores, tendo como temas: Contextualização sobre o Poder Judiciário; Fluxo processual do Núcleo de Conciliação; Excelência no atendimento ao público; Técnicas de mediação; programa BR Office e SAIPRO

7 Reconhecimento do Projeto

Em 2009, o Núcleo de Conciliação de 1º Grau foi incluído no **Planejamento Estratégico do CNJ**, no item “**Eficiência Operacional**”, passando a servir de modelo outros Tribunais do País.

- Otimizar os procedimentos de execução de mandados, inclusive com compartilhamento das informações entre os oficiais de justiça;
- Implementar Carta Precatória Eletrônica.

Projetos Catalogados:

- TJ/AL: Políticas de segurança da informação (virtualização de processos);
- TJ/BA: Núcleo de Conciliação no 1o. Grau;
- TJ/SE: Projeto Chronos (ferramenta de diagnóstico para ajustes na estrutura);
- TJ/SE: Padronização do quadro funcional da área-fim (dotação móvel das unidades com base em parâmetros);
- TJ/SE: Virtualização de processos;
- TJ/SC: Mutirões de conciliações, de sentenças e do tribunal do júri;
- TJ/SC: 5S (utilização, ordenação, limpeza, saúde e autodisciplina);
- TRE/AC: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP);
- TRE/ES: SISLOG (gerenciamento das eleições);
- TST/CSJT: Sistema Unificado de Administração Processual da Justiça do Trabalho (SUAP);
- TRT/BA: Revisão do Processo de Distribuição;
- TRT/SC: Melhorias nos processos de trabalho na 1a. e 2a. instâncias;
- TRF/2: Processo eletrônico com certificação digital;
- TRF/2: Reformulação da Intranet JF/ES;
- TRF/4: Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos Processuais (GEDPRO);
- TRF/5: Seção Judiciária CE - FLUXUS Controle de Documentos e Processos Administrativos Físicos e Virtuais;
- STF: Plenário Virtual;
- STF: Canal da Repercussão Geral.

(Vide detalhamento dos projetos no CD anexo)

Eficiência Operacional



Núcleos de Conciliação de 2º Grau

Instituído em 2007, através da resolução 02/2007, e com o intuito de descongestionar o Judiciário no âmbito da instância recursal, o Núcleo de Conciliação do 2º Grau (NCSG) mantém o seu funcionamento na sede do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com 9 conciliadores voluntários, sendo 8 desembargadores aposentados e 1 juiz, também aposentado.

Seguindo a mesma tendência de busca da solução do litígio pela conciliação, o NCSG veio para permitir a solução amigável dos processos envolvendo direitos patrimoniais disponíveis, em tramitação em segundo grau de jurisdição.

Desde o início da atual gestão, o NCSG realizou, efetivamente, 490 audiências, tendo alcançado acordo em 76 feitos, perfazendo um total de 15,51% de acordos, percentual esse condizente com o ocorrido em outros Núcleos, a exemplo do Estado de São Paulo.

	2008	2009	TOTAL
Audiências Realizadas	284	215	499
Conciliações Obtidas	42	33	75
Percentual	14,78%	15,34%	15,03%

Uma importante iniciativa da atual gestão consistiu na inclusão do NCSG na Semana Nacional pela Conciliação, desde 2008, com significativos resultados, conforme se verifica nos números abaixo:

Dados Estatísticos da Semana Nacional pela Conciliação			
	2008	2009	TOTAL
Audiências realizadas	52	25	77
Conciliações obtidas	8	7	15
Percentual de acordos	15,38%	28,00%	19,48%

Por iniciativa da sua Presidência, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia aprovou, em sessão plenária de 04/12/2009, a resolução que tornará necessária a tramitação dos processos recém-distribuídos, em grau de apelação, pelo Núcleo de Conciliação de 2º Grau, alcançando, assim, a função social a que se destina.



Núcleo de Atendimento Judiciário (NAJ)

1 Conceituação

O Núcleo de Atendimento Judiciário (NAJ) tem por objeto a concentração da oferta de serviços extrajudiciais à população, como a expedição de certidões de todos os cartórios de protesto, que podem ser solicitadas e recebidas em um mesmo lugar, abertura de firmas em todos os tabelionatos da Capital, bem como de segundas vias de certidões de registro civil, dentre outros, o que facilita sobremaneira o acesso dos interessados.

No ano em que comemorou o seu quinto aniversário, em 2008, o NAJ passa a constituir uma eficiente ferramenta para o funcionamento da Justiça baiana, agregando, a cada tempo, novos serviços, com o intuito de contemplar um maior número de cidadãos em seus atendimentos.



A atual gestão, atentando para a fundamental visão de democratização do acesso ao judiciário, deu maior enfoque ao projeto, ampliando o seu quadro de serviços oferecidos, com a implementação da emissão de certidões negativas das Varas de Execuções Penais, além do reconhecimento de firmas por autenticidade e separação e divórcio na forma da Lei nº 11.441/2007.

Dentre as ações de destaque da atual gestão, merece atenção o cumprimento e a superação, pelo NAJ, das metas previstas pelo PDJ em 2007, quando este apontava para uma marca a ser atingida de 440.002 atendimentos, em 2010, o que foi amplamente superado, ainda em 2009, com os 550.395 atendimentos realizados, o que resume, em números, o empenho desta administração pelo bom funcionamento do projeto.

Há de se ressaltar que o NAJ superou, em novembro último, a marca de **1 milhão** de atendimentos, com estimativa, para 2010, de superação em cerca de 80% daquela

marca anteriormente estabelecida pelo PDJ, caso o número de atendimentos se mantenha nos mesmos níveis atuais.

2 Arrecadação

No que se refere à arrecadação, percebe-se que houve um substancial aumento quando se comparado ao biênio 2006/2007, conforme fica evidente nos números a seguir:

Tabela Comparativa			
Ano de Referência	2006/2007	2008/2009	Crescimento
Valor arrecadado (R\$)	435.031	813.083	86,90%

Obs: Levantamento realizado até 09/12/2009.

3 Acesso a Informação / Modernização

Atendendo ao princípio da eficiência administrativa, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, está investindo em tecnologia, com a instalação de terminais de auto-atendimento de consulta processual, nas suas principais instalações, inclusive no NAJ, com o objetivo de facilitar o acesso à informação por parte dos cidadãos.



Além disso, com o intuito de modernizar a unidade, recentemente, houve a alteração em seu layout, visando receber novos equipamentos de informática, a exemplo de 10 painéis eletrônicos, 20 impressoras de senhas e 40 relógios protocoladores, que se encontram em fase final de licitação (processo administrativo nº. 33305/2009).

4 Capacitação de Pessoal

Buscando alcançar as metas de eficiência e otimização no atendimento, em outubro de 2008, foi realizado, nas instalações do NAJ, o curso de excelência em atendimento ao público, com participação de 43 pessoas, e, em agosto do mesmo ano, foi realizado o treinamento de servidores sobre o sistema de processos (SAIPRO).



Resultado desse empenho verifica-se na substancial melhoria na prestação dos serviços daquela unidade.



Conselhos Municipais de Conciliação

1 Conceituação

A Lei de Organização Judiciária (LOJ), adotando uma postura pioneira, consagrou entre os órgãos do Poder Judiciário, os Conselhos Municipais de Conciliação (CMC), determinando a gratuidade do atendimento.

Mais adiante, em seu art. 116, a LOJ estabeleceu que haverá Conselhos Municipais de Conciliação nas comarcas não instaladas, para promover a conciliação de causas cíveis de menor complexidade, de valor que não exceda a 20 vezes o salário mínimo, admitindo o excesso a esse teto, bem como conciliação em causas de família, desde que os interessados estejam acompanhados de advogado.

As atividades dos Conselhos Municipais de Conciliação foram regulamentadas pela Resolução do Tribunal Pleno nº 5, de 20 de março de 2009. Ainda no mesmo ano, a Presidência do Tribunal de Justiça reuniu cerca de 100 convidados, dentre chefes dos poderes executivo e legislativo dos 138 municípios-alvo do Projeto, inclusive o presidente da União dos Prefeitos da Bahia, a fim de difundir os objetivos do CMC.



Embora não esteja contemplado no Plano Diretor do Poder Judiciário, a implantação de Conselhos Municipal de Conciliação passou a constituir meta do Tribunal de Justiça que, embora fixada para o quinquênio 2010/2014, em número de 25 unidades, não impediu que o Tribunal, em parceria com o município de Tanquinho, instalasse, ainda em 2009, no dia 15 de dezembro, a sua primeira unidade.





Juizados Informais de Conciliação

Ainda cuidando de incentivar a conciliação pré-processual e processual, o Tribunal de Justiça, a partir de proposta de resolução encaminhada pela Presidência, seguindo modelo de êxito aplicado no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, autorizou o funcionamento de Juizados Informais de Conciliação e Mediação nos juízos cíveis, de relações de consumo, de família e de acidentes de trabalho das comarcas do Estado da Bahia, com competência para a realização de conciliação nos litígios em tramitação perante os respectivos juízos, bem como naqueles ainda não ajuizados.

A Resolução nº 09/2009 prevê, ainda, que, nos casos de demandas em curso, independentemente da fase própria do respectivo procedimento, os Juízes poderão determinar a inclusão dos feitos em pauta de conciliação, que será conduzida por conciliadores/mediadores voluntários.

Dessa forma, todos os Juízes poderão criar um espaço, no âmbito dos próprios Juízos/Comarcas, para tentativa de conciliação em feitos em tramitação, bem como naqueles conflitos que ainda não tenham sido judicializados, valorizando a atuação do voluntariado.



Balcão Itinerante



BJC Itinerante

O Plano Diretor do Judiciário – PDJ previu a realização 10 eventos por ano de Justiça Itinerante.

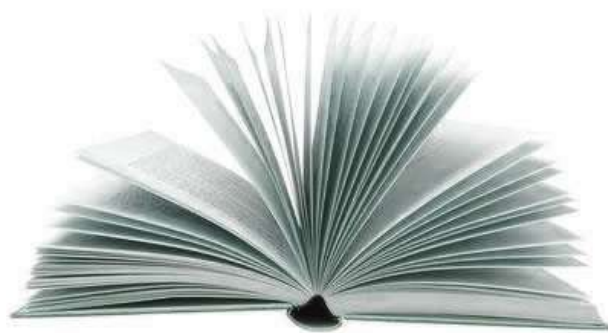
Considerando as especificidades do Estado da Bahia, concluiu-se que a chamada Justiça Itinerante, nos moldes aplicados em outros Estados, não seria o melhor modelo para o alcance dos resultados pretendidos.

Nessa linha de trabalho, optou-se por alcançar as áreas mais populosas com as unidades fixas de Balcões de Justiça e Cidadania e dos Conselhos Municipais de Conciliação, que asseguram o atendimento contínuo e eficaz.

Além disso, o Tribunal de Justiça dispõe de um ônibus, totalmente adaptado, com salas de atendimento e uma sala de conciliação climatizadas e informatizadas, que é utilizado nos eventos de Balcões de Justiça Itinerantes, ora prestando atendimento por períodos previamente estipulados em determinados bairros ou cidades, ora em participando de ações afirmativas em parcerias com diversas instituições públicas e privadas, resultando na realização de 20 eventos de Balcão Itinerante no ano de 2008.

No biênio 2008/2009, foram contabilizados 60 eventos, distribuídos entre os bairros mais populosos da cidade de Salvador e interior do Estado.

Com essa participação, a meta estabelecida no PDJ para o biênio 2008/2009 foi ultrapassada em 300%, conforme tabela a seguir:



Capacitação



Capacitação de Pessoal

A Assessoria de Projetos Especiais participou da organização e realização de diversos eventos de capacitação, sobretudo de estagiários e advogados vinculados aos projetos Balcão de Justiça e Cidadania e Núcleos de Conciliação.

Todos os estudantes e demais profissionais envolvidos nos Projetos freqüentaram cursos sobre Direito Civil, Direito de Família, Direito do Consumidor, Técnicas de Mediação e Manual de Procedimentos, ministrados pelo Professores Juízes de Direito Pablo Stolze Gagliano e André Gomma de Azevedo e pelos integrantes da própria assessoria.

Antes de qualquer unidade entrar em atividade, as equipes de trabalho são capacitadas e orientadas sobre o procedimento, técnicas de mediação, rotinas da secretaria jurídica e temas mais recorrentes.

Em dezembro de 2008, o curso destinado aos juízes da Capital e do interior do Estado sobre técnicas de mediação, ministrado a partir do mês de outubro daquele ano, na Escola de Magistrados da Bahia (EMAB), pelo Juiz de Direito e professor André Felipe Gomma de Azevedo, foi credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Além disso, foi realizada Capacitação em Poder Judiciário, destinada para juízes e desembargadores, em parceria com a EMAB. Esse curso foi organizado em quatro turmas, distribuídas entre os meses de maio e outubro de 2009, com 186 participantes, tendo sido credenciado pela ENFAM, nos termos da Portaria nº 181, de 17 de março de 2009.

